

AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA (*)

ERLY DIAS BRANDÃO (**)

INTRODUÇÃO

À guisa de introdução, conquanto desnecessária talvez, porque o título com que se apresenta esta palestra já diz do seu objetivo, desejamos mesmo assim esclarecer que a intenção dêste trabalho não vai além de uma tentativa no sentido de pôr em relêvo o papel das ciências econômicas e sociais no desenvolvimento da agricultura brasileira.

Como acreditamos que ao impacto da industrialização crescente se devem as maiores transformações já operadas no meio rural, e como agricultura e indústria são campos estreitamente relacionados, achamos de conveniência incluir, na palestra, logo no início, também algumas ponderações sobre o atual estágio de desenvolvimento de nossa indústria.

No capítulo imediato, as ponderações se voltam para a agricultura, e já agora mais amplamente.

Os tópicos seguintes são dedicados a reflexões sobre as matérias: Economia Rural, Sociologia Rural, Administração Rural e Extensão Rural. A essas matérias se procura dar importância a ponto de justificar sua inclusão nos currículos do Curso Superior de Agricultura.

Como nenhum dêstes campos de estudo deve prescindir do concurso das chamadas pesquisas econômicas e sociais, ver-se-á que o trabalho não esqueceu também dêsse assunto.

Renove-se, porém, o que já foi dito antes: — esta palestra não tem pretenções maiores que a de trazer algum material para a discussão do assunto, que tão oportunamente foi incluído no temário dêste congresso.

(*) Conferência promovida pela Comissão Organizadora do III CBEA, a 20 de Setembro de 1956.

(**) Professor da Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais M. S., em "Administração Rural".

SÍNTESE DO QUADRO ECONÔMICO: INDÚSTRIA E AGRICULTURA

Indústria — O início da fase industrial do Brasil está relacionado com a abolição da escravatura, em 1888, e foi mais acentuado em São Paulo. Nesse Estado, havia uma classe média empreendedora e, além disso, a mudança coincidiu com certa procura interna proveniente de lucros aferidos na cultura de café.

O crescimento das indústrias internas foi grandemente auxiliado pela eliminação das importações, durante a primeira guerra mundial, e pelo elevado custo das mercadorias estrangeiras, resultante da progressiva depreciação monetária que se lhe seguiu. Esta política de proteção à indústria e depreciação do mil réis, que se estendeu até 1939, provocou também o crescimento rápido das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas, até 1940, o incremento industrial foi praticamente despercebido, pois o seu ritmo de produção acusou, de 1920 a 1940, um crescimento de 2,5% (média anual de crescimento) (1). De 1940 em diante, porém, a expansão está bem acentuada. Aquelle índice de crescimento, no decênio 1940-1950, foi de 14% (média anual).

“Não obstante haver escassez, no Brasil, de energia barata e de boa qualidade, o desenvolvimento de indústrias tais como a de gêneros alimentícios, tecidos, cimento e aço, tem progredido suficientemente para que se possa afirmar estar o Brasil mais altamente industrializado que a maioria dos países latino-americanos” (2).

Agricultura — Mais de dois terços da área do Brasil, abrange uma extensão praticamente inexplorada. Uma faixa ao longo do litoral norte e nordeste, que já foi próspera, durante o Brasil colonial, encontra-se agora economicamente retardada.

A renda “per capita” do Nordeste se situa entre as mais baixas dos países subdesenvolvidos do mundo. Foi calculada em 84 dólares americanos, em 1952, sendo batida em inferioridade apenas pela Índia com 57 e Burma com 43. (3)

A história econômica do Brasil assemelha-se a uma es-

(1) Conselho Nacional de Economia, Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1952.

(2) Texto das conclusões da Comissão Mista Brasileira — Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink) p. 74.

(3) Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Relatório de 1955, pág. 7.

pécie de registro sensacional de espantosas flutuações. No quadro aparecem e desaparecem grandes indústrias num processo contínuo de mudanças. "Açúcar, cacau, ouro, fumo, algodão, borracha e café — cada um dêstes produtos marcou sua época na história do país".

As plantações escravocratas e os surtos eventuais de exportação deixaram tradições de propriedade absenteista, lucros excessivos, mão-de-obra mal remunerada, preferência pelos mercados estrangeiros, disposição para abandonar linhas de produção, procura de terras novas.

As colheitas abundantes dos primeiros anos não podiam continuar por muito tempo. As safras diminuam gradativamente pela exaustão da fertilidade natural do solo que era cultivado de maneira a mais precária. O agricultor e o exemplo do indígena determinavam o abandono da terra logo que apresentava sinais de esgotamento. E foi assim que se estendeu a nossa agricultura, num processo que ainda não está findo e de que somos espectadores nos Estados do Paraná, Mato-Grosso e Goiás, onde estão sendo aniquiladas as últimas grandes reservas florestais do centro — Sul do país. "Excetuando a produção açucareira, que, como indústria de transformação, exige aparelhamento de elevado custo e determinou a fixação, sem grandes possibilidades de nomadismo, e a de certas áreas de cultura de arroz, por motivos da mesma ordem relativamente à irrigação — quase toda a nossa produção agrícola de subsistência se realiza nos referidos moldes" (3).

O comércio de exportação baseia-se, principalmente, nas culturas de café, algodão e cacau.

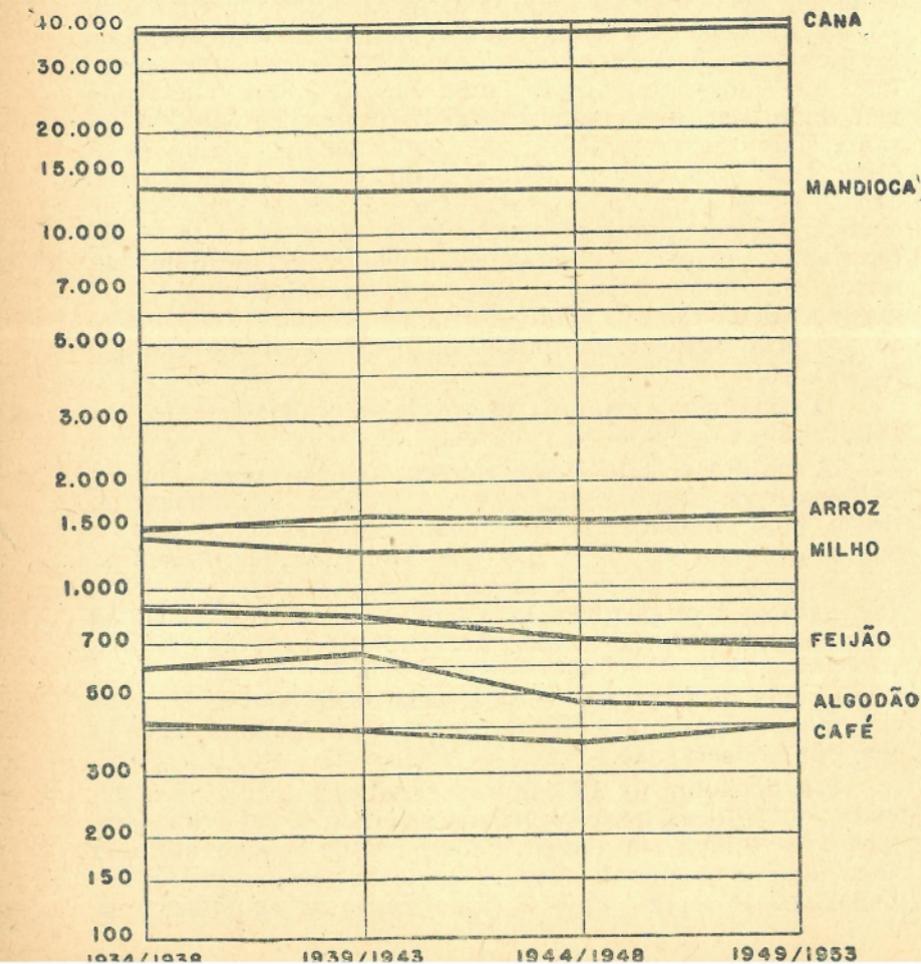
A cultura cafeeira deve merecer realce, nesta síntese de fatos mais importantes ligados à história econômica do Brasil, pois, sómente ela vem, nestes últimos anos, contribuindo com cerca de 80% das nossas divisas. Os preços de café têm sido os mais elevados da história desse produto. Esse fato está produzindo duas tendências: (1) a introdução de novas variedades, de adubação, irrigação etc.; (2) Plântios no Paraná, em São Paulo e em todo o Brasil, do mesmo modo como no passado, ou seja, pela destruição da floresta virgem para explorar o filão do humus, sem nenhum cuidado pela sua conservação.

Em nenhuma de 13 culturas estudadas para esta palestra, que são as treze principais segundo o valor da produção, se verifica um aumento crescente de rendimento, nos cinco quinquênios analisados. A cana de açúcar mostra estabilidade. O arroz subiu a princípio, para estabilizar em

seguida. O café caiu mas está recuperando. O milho caiu. O trigo caiu mas está recuperando sensivelmente. A batata mostra grande flutuação. As cinco culturas, algodão, mandioca, feijão, cacau e fumo, todas apresentam declínios nos rendimentos. (Ver gráfico e tabela)

PRINCIPAIS CULTURAS RENDIMENTO POR HECTARE BRASIL, 1934 / 1953

QUILOS / HECTARE



BRASIL — Rendimento por hectare das culturas mais importantes (*)
 (Quatro quinquênios — de 1934 a 1953)

CULTURAS	1934 a 1938 (média)	1939 a 1943 (média)	1944 a 1948 (média)	1949 a 1953 (média)
Café (beneficiado), kg.	410	392	368	401
Arroz, kg.	1438	1594	1539	1582
Milho, kg.	1418	1263	1286	1237
Algodão, kg.	600	658	473	454
Feijão, kg.	876	833	704	681
Mandioca, kg.	13854	13123	13124	12759
Cana de açúcar, ton.	38,2	38,8	37,6	38,8
Trigo, kg.	900	679	727	773
Batata, kg.	7096	5948	7780	4817
Banana, cachos.	1206	993	1324	1444
Cacau, kg.	682	592	452	458
Fumo (em fólha), kg.	918	972	843	752
Laranja, frutas	63650	55290	71261	79388

(*) Todas com valor superior a um bilhão de cruzeiros

Fonte: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

A análise sugere que os métodos tecnológicos, por serem, com certeza, usados por baixa percentagem de agricultores, e a prática da agricultura intinerante, têm sido impotentes para fazer aumentar os rendimentos por unidade de superfície. O crédito que se lhes pode atribuir se resume, quando muito, na manutenção dos rendimentos conseguidos anteriormente.

Essa conclusão se aplica ao país como um todo e convém recordar que a análise dos rendimentos foi feita por quinquênios. Análises de um ano para outro costumam acusar melhorias sensíveis. Por exemplo, dos 48 produtos arrolados pelo Serviço de Estatística da Produção, apenas 11 apresentaram menor rendimento em 1955 em relação a 1954. Convém não esquecer, todavia, que é notória a diferença de conhecimentos técnicos assimilados por agricultores das diferentes regiões em que se encontra dividido o Brasil, ou mesmo dentro de uma determinada região. Há casos de agricultores adiantados cujas fronteiras se limitam com terras de agricultores bastante atrasados. Exemplos de fazendeiros, que usam os mais modernos tipos de tratores, são encontrados ao lado de agricultores que ainda não passaram da enxada; de criadores que possuem vacas de leite cuja produção excede de 4.000 litros anuais, são vistos ao lado de criadores cujas vacas não produzem mais que 800 litros anuais.

De cafeicultores que possuem equipamentos caríssimos de irrigação por aspersão, ou que possuem granjas avícolas ou leiteiras, organizadas, principalmente, para a produção de estérco para seus cafêzais, são encontrados entre plantadores de café que nada possuem de inovação. Alguns cafeicultores atravessam Estados para comprar sementes ou mudas de variedades selecionadas, enquanto que outros preferem as chamadas "mudas de tóco" arrancadas na própria fazenda.

Meditando sobre esta sequência de contrastes, o analista observará ainda que alguns combatem eficazmente as doenças e pragas que atacam as culturas e animais, ou adotam práticas conservacionistas do solo. A volta do café, por exemplo, para algumas terras por onde ele já passara é um testemunho vivo de quanto podem as novas técnicas e uma esperança admirável para o país que não mais possui terras virgens adequadas para essa extraordinária cultura. Mas, se isso ocorre com alguns, a grande verdade é que a maioria nada faz senão repetir os erros do passado.

Os avanços tecnológicos obtidos na cultura do algodão

em São Paulo e no Nordeste, e com a do milho em vários Estados, com um consumo de sementes híbridas na ordem de 9.000 toneladas — é outra observação animadora — mas as reais necessidades de boas sementes para esta última cultura são estimadas em 65.000 toneladas.

Enquanto se sabe que algumas fazendas leiteiras possuem rebanhos com média superior de 10 litros diários por vaca, a média das 4 "bacias" estudadas pela Comissão Nacional de Pecuária de leite é apenas de 2,7 litros por vaca, por dia.

Se é um fato que a cultura do trigo está inteiramente mecanizada — o certo é que da verdadeira mecanização pouco entendemos ainda.

Se meditarmos sobre a classificação de nossas propriedades rurais veremos que 51% delas possuem menos de 20 hectares e cerca de 24% possuem de 20 a 50 hectares. Essas duas classes somam assim 75% do total de estabelecimentos existentes no país. Se subirmos o limite até 100 ha veremos que cerca de 85% dos estabelecimentos se enquadriaram dentro desse limite. Por outro lado, sabemos que nossa topografia é em geral desfavorável e as terras foram, quase sempre, cultivadas sem a preocupação de conservá-lhes a fertilidade.

Naquela vasta maioria de propriedades, que poderíamos chamar de pequenas, predomina a agricultura de subsistência, porque muito pouco podem vender os seus proprietários. Em seu estágio de desenvolvimento bastante primitivo, a força do trabalho animal é usada quase que exclusivamente no lavrar da terra; as demais tarefas são desempenhadas ainda pela força muscular. E essa é a agricultura que está sustentando 60% de população rural e 40% de urbana.

O comentário relativo ao tamanho das propriedades pode parecer estranho pois o que se ouve e se lê é que o Brasil é um país de grandes propriedades, ou melhor, país de latifúndios. De fato, se analisarmos de onde sai a grande produção, ou se voltarmos ao quadro de classificação das propriedades e olharmos para a coluna das áreas, veremos que uma altíssima percentagem destas áreas pertence a muito poucos, já que cerca de 8% dos estabelecimentos abrangem mais de 70% da área total. Uma única classe, a dos que possuem propriedades de 1000 ha a menos de 5000, representa 1,4 por cento do total de estabelecimentos, mas ocupa 24 por cento da área recenseada em 1950. Mas se o problema dos latifúndios é sério, não é menos delicado o que se vê no lado oposto, isto é, dos minifúndios, porque, por

estrano que pareça, quebrar latifúndios é relativamente mais fácil que reunir minifúndios.

As ponderações feitas até agora devem ter realçado como são variados e complexos os problemas rurais brasileiros. A síntese ligeira que fizemos com abstenção de aspectos referentes ao volume e valor da produção, ao comércio de exportação, qualidade dos produtos e outros — porque tais aspectos foram sábientemente discutidos pelo brilhante conferencista que nos precedeu, esta síntese, repetimos, e a tese do referido conferencista, a despeito das conquistas reveladas, contam-nos uma história típica de agricultura desorganizada, pobre de eficiência. Vimos que os contrastes são chocantes, que, se o país cresce, avança e prospera, o faz sem planejamento, sem equilíbrio, desuniformemente.

Quando falamos das conquistas admiráveis no campo das ciências físicas, químicas e biológicas invocando exemplos de sementes e plantas selecionadas, de animais de elevada produção, e outros exemplos, quisemos na verdade, deixar evidenciado que aquelas ciências estão cumprindo a sua parte. Infelizmente, porém, não podemos dizer que algo semelhante ocorre com as ciências econômicas e sociais. Desafortunadamente, estas foram sempre as imcompreendidas, as desnecessárias, inúteis. Nos dias que correm, elas apenas começam entre nós a riscar os primeiros passos.

Nossa convicção, porém, é a de que, se as impulsionsarmos nos próximos anos — e vós com o vosso temário para este admirável congresso — estais liderando um sadio movimento nesse sentido — nossa convicção, repetimos, é a de que sómente incrementando e difundindo os conhecimentos que elas já acumularam, poderemos atuar efetivamente sobre os grandes males que afigem o nosso meio rural.

Se as ciências físico-químicas e biológicas fizeram com que fôssem introduzidas inovações extraordinárias, pontilhando aqui e ali a agricultura nacional de exemplos avançados de boa técnica, nesta quadra da agricultura comercializada, é de esperar que as ciências econômicas e sociais colaborem agora no sentido da mais rápida difusão dêsses conhecimentos entre todos os agricultores brasileiros.

Quando trabalhar a terra significava para o agricultor produzir o suficiente para o seu próprio sustento, não havia razão que motivasse o desenvolvimento das chamadas ciências econômicas e sociais. Mas, desde que a propriedade agrícola foi transformada em célula produtiva que é, a um tempo, o lar e o negócio do agricultor, estas ciências tive-

ram de interceder de modo a dotar o agricultor de fatos, princípios e leis, isto é, de ferramentas adequadas para o novo campo.

Este novo campo nasceu pequeno como tantos outros; por isso, para estudá-lo não se tornava necessário o aparecimento de muitas ciências com denominações várias. Entre nós, por exemplo, os responsáveis pela introdução de seu estudo nas Escolas de Agricultura, acharam que bastava denominar a matéria de Economia Rural. Nos Estados Unidos algumas universidades começaram com um nome equivalente à nossa Administração Rural (Farm Management).

Acontece, porém, que o campo foi crescendo e cada vez se tornava mais complexo. Aumentando também sua importância como fonte digna de maiores estudos, os países mais adiantados começaram não apenas a criar novas denominações, como também a ordená-las segundo critério mais lógico. Dessa nova orientação resultaram pelo menos dois grandes ramos que são o da Economia e o da Sociologia.

Para mostrar como o assunto despertou interesse basta citar que ao primeiro ramo estão afetos muitos assuntos, a saber: Administração Rural, Mercados, Preços, Política Agrícola, Desenvolvimento Econômico, Econometria, Cooperativismo e Cooperativas, Simplificação do Trabalho na Fazenda, Crédito Agrícola, Crédito Supervisionado, e muitos outros que constituem hoje disciplinas autônomas, principalmente nas Escolas de Especialização.

Exemplos análogos poderiam ser citados no campo da Sociologia.

Não cremos, porém, que se deva cogitar entre nós de tantas cadeiras, mas louvamos por todos os títulos as vos-sas decisões de quebrar lanças pela introdução da Administração, da Sociologia e da Extensão. Ensinar tantos assuntos sob a denominação única de Economia Rural representa uma verdadeira anormalidade.

Se, em outros países êsses estudos estão nos currículos das Escolas, urge que também apareçam nos nossos currículos, pelo menos os que se nos afiguram como imprescindíveis para a época. Com o advento das Associações de Crédito e Assistência Rural, que vêm sendo fundadas em diferentes Estados, com o aparecimento da Campanha Nacional de Educação Rural e, por último, do Serviço Social Rural — aumentou, extraordinariamente, a necessidade de difusão dos conhecimentos já acumulados pelas Ciências Econômicas e Sociais. Instruir o agrônomo com êsses conhecimen-

mentos representa dar-lhe equipamentos capazes de tornar possível a passagem, para a realidade dos campos, das conquistas alcançadas pelas ciências físico-químicas e biológicas que, em regra, não deixaram ainda os Institutos, Escolas e Estações Experimentais.

Estamos certos de que todos aqui já compreenderam que isso se faz necessário, mas não sabemos quantos realmente podem de pronto lançar mão de argumentos e exemplos para convencer os que não pensam como nós. Por esse motivo, seja-nos permitido lembrar a orientação, em traços gerais, e alguns exemplos do que julgamos que deveria figurar como pontos principais das quatro cadeiras lembradas.

ECONOMIA RURAL

A esta cadeira estariam subordinados os problemas básicos com vistas no país como um todo.

Com esse objetivo, a ela competiria discutir, principalmente, as seguintes teses:

1. Rentabilidade das emprêsas rurais;
2. Preços dos produtos agro-pecuários e dos bens de que necessita a emprêsa rural;
3. Comercialização da produção agro-pecuária;
4. Crédito agrícola e crédito supervisionado;
5. Cooperativismo na Agricultura;
6. Formas de exploração em Agricultura;
7. Reforma Agrária e extensão das leis trabalhistas ao campo.
8. Organização, simplificação e retribuição do trabalho rural;
9. Imposto territorial;
10. Padronização, armazenamento e transporte da produção agro-pecuária.
11. Pesquisas em Economia Rural.

SOCIOLOGIA RURAL

Vimos que à Economia compete assentar em bases racionais o complexo problema da produção, o melhoramento dos seus processos de distribuição e consumo. Mas tudo isso permaneceria estéril, se a Sociologia não interviesse no sen-

tido de transformar êsses processos econômicos, assim melhorados, em bem-estar social. Dêsse modo, ao lado do problema geral das relações humanas que ela procura resolver, em nosso século, compete-lhe ainda, de modo específico:

1. Assentar em base científica a organização das comunidades rurais, pela estimulação dos grupos humanos, no sentido do melhor aproveitamento de seus recursos culturais;
2. Estudar os problemas de motivação do homem no trabalho e na vida social, através de um conhecimento mais exato das fôrças que o impulsionam à ação;
3. Analisar os processos de competição e de conflito, que perturbam seriamente a expansão das fôrças de produção e, consequentemente, o desenvolvimento material dos grupos sociais.
4. Analisar processos de integração e de cooperação, no sentido de tornar mais amável e mais rica de estímulos a vida social;
5. Conhecer, enfim, os processos ecológicos sobre os quais se ergue a organização de vida econômica e social da comunidade;
6. Em síntese, saber como se organizam, como se influenciam e como se mudam os grupos sociais;
7. Pesquisas em Sociologia Rural.

ADMINISTRAÇÃO RURAL

Se para a cadeira de Economia preconizamos uma diretriz ampla, com vistas no país, à Administração Rural caberia concentrar-se mais na fazenda. A tese brilhantemente defendida pelos adeptos da Administração Rural é a de que o melhoramento da agricultura de um país deve começar em fazenda, individualmente, e que a política nacional para o melhoramento econômico dos métodos usados na propriedade agrícola deve ser baseada na concepção exata da fazenda como um negócio.

Assim como se diz, em Sociologia, que a família é a base da sociedade, análogamente se poderá dizer em Administração Rural que a fazenda é o alicerce da agricultura nacional. Dêsse modo será começando pelo alicerce que se há de construir o grande edifício. Por exemplo, antes de começarmos a discutir grandes problemas como "Mecanização da Lavoura", "Reforma Agrária" etc. talvez devêssemos sa-

ber primeiro quais são os resultados econômicos que estão sendo obtidos pelas fazendas mecanizadas e pelas fazendas (mecanizadas ou não) de diferentes tamanhos. Este conhecimento nos permitiria concluir que tamanho possibilita produzir mais por trabalhador, pois elevada produção por trabalhador é a base sobre a qual se devem assentar todos os melhoramentos no sentido de elevar o nível de vida de um povo.

Administração Rural deve ser entendida como aquêle "campo de estudos que considera a organização e a administração de uma empreesa rural do ponto de vista de eficiência e contínuos lucros". Nessas condições terá o estudo, para ser eficiente, de pautar seus ensinamentos na realidade dos fatos, que lhe são apontados pelas pesquisas.

Administrar bem uma propriedade não é tarefa das mais fáceis. O administrador moderno, para organizar e administrar eficientemente a sua empreesa, terá de valer-se de conhecimentos artísticos científicos e comerciais.

Administração Rural, como campo de estudo, relaciona-se, em tese, com todos os cursos e assuntos geralmente ministrados nas Escolas de Agricultura — mas, especificamente, há uma relação entre ela e aqueles cursos, que se poderá ver do seguinte modo. Ao estudar Agronomia, Zootecnia, Horticultura, etc. — um empreendimento é a unidade de estudo. Na Administração Rural — a propriedade agrícola como um todo é que se transforma em unidade de estudo. Por isso, o bom administrador está sempre às voltas com questões como estas: Minha propriedade deve ser especializada ou diversificada? Devo plantar mais hortaliças, ou ampliar a cultura de milho? Por que? Devo dar ênfase à criação de Suinos ou à de Bovinos? Como será o tamanho ou volume dos meus negócios? De que equipamentos precisarei? Como e quais campos serão utilizados? Vou tomar dinheiro emprestado? Quando? Quanto? De quem? Em que base? Qual será enfim a melhor adaptação da minha propriedade às condições reinantes?

Talvez a essencial diferença entre a prática da agricultura de hoje e a de 50 anos atrás seja o fato de que o agricultor moderno tem diante de si um vasto campo de ação. Com a descoberta dos modernos processos tecnológicos, passou êle a exercer um grande controle sobre a produção. Todavia, para tomar decisões acertadas terá de penetrar cada vez mais nos segredos e na dinâmica da Administração.

Para estudar êsse campo assim complexo um pregra-

ma de Administração Rural talvez deva, entre outros, desenvolver os seguintes pontos:

ADMINISTRAÇÃO RURAL

1. Definição. Objetivos. Campo de ação. Relação com outras matérias e assuntos. Literatura. Informações básicas para o estudo dos negócios agrícolas.

2. Registros agrícolas. Métodos de Avaliação. Métodos de escrituração. Custo de produção. Papéis de crédito.

3. Análise dos negócios de uma empresa agrícola. Medidas de resultado econômico: Renda da família — Renda da propriedade. Renda do Trabalho e Administração — Lucro total — Retribuição do capital.

4. Análise dos fatores que afetam a renda: (a) Preços (b) Rendimentos da produção animal e vegetal. (c) Tamanho ou volume dos negócios (escala de operação). (d) Seleção e combinação de atividades mais lucrativas. (f) Arranjo racional dos campos e benfeitorias. (g) Mercado e comercialização.

5. Planejamento — Organização de planos de administração de propriedades reais, de tamanhos e objetivos diversos.

6. Métodos de simplificação do trabalho na fazenda.

7. Estabelecimento de um negócio agrícola. Requisitos pessoais. Escolha da região e da propriedade. Capital. Mão de obra. Requisitos legais.

8. Pesquisas em Administração Rural. Objetivos. Verbas e matérias. Seleção e esquematização dos Projetos. Organização de questionários. Amostragem. A coleta de dados. Análise estatística das informações. Apresentação e publicação dos resultados.

EXTENSÃO RURAL

Extensão é um sistema educacional idealizado para levar conhecimentos à população rural. Seu segredo consiste no fato de o ensino ser ministrado diretamente na propriedade, recorrendo os extensionistas a exemplos vivos, que são inegavelmente superiores aos que podem ser invocados dentro das paredes de uma sala de aula tradicional. Suas clas-

ses e laboratórios são, assim, os campos de produção, as benfeitorias e equipamentos rurais, as residências e as comunidades.

Como esse método é considerado o veículo mais eficiente para levar aos agricultores os conhecimentos acumulados pela experimentação, resulta daí que, sem eficientes serviços de extensão, os resultados experimentais passariam a não ter valor para os agricultores.

Os agricultores brasileiros vivem em áreas remotas e, em geral, carecem de instrução. Seus métodos de trabalho não são compatíveis com o desenvolvimento da agricultura moderna. Muitos vivem praticamente sem qualquer contato com o mundo exterior, enquanto que outros já tiveram acesso às novas idéias. Os métodos usados pela extensão não devem, por conseguinte, seguir normas exatas. Por exemplo, se os agricultores ainda operam suas propriedades nos moldes da agricultura de subsistência — é certo que eles necessitarão de conselhos diferentes daqueles já integrados na agricultura comercializada. Para mudar da agricultura de subsistência para a comercializada, os agricultores precisam aprender a respeito de sementes híbridas, melhores animais, fertilizantes, métodos de combate a doenças das plantas e dos animais, conservação do solo, rotação, irrigação, máquinas e equipamentos. Precisam conhecer mais acerca de mercados e preços. Muitos necessitam de financiamentos. Suas famílias quase necessitam de conhecimentos sobre nutrição e higiene.

Os agricultores já iniciados na prática da agricultura comercializada poderão necessitar de muitos dos conhecimentos mencionados, mas é comum que aspirem às últimas novidades. E este grupo, aumentando sua produtividade, estará influindo efetivamente na economia da região.

As considerações expostas conduzem à conclusão de que este campo de estudos é bastante amplo. Seus pontos de maior interesse talvez pudesse ser distribuídos nas cadeiras de Economia, Administração e Sociologia, mas não há dúvida de que o campo é suficientemente importante para constituir uma cadeira à parte. Ocorre lembrar ainda, em esforço desta última idéia, que as Associações de Assistência aos lavradores que vêm sendo fundadas, estão usando como instrumento de introdução de novos processos tecnológicos e de mudança de hábitos tradicionais (mudança de atitudes) a arma do crédito que, no caso, é o crédito supervisionado — sistema que visa a educação integral. Ora, se é assim, e como temos evidências de que os programas usados no

passado, com ênfase em projetos isolados, não deram os resultados que eram de esperar — é provável que as tendências futuras (e os resultados já conseguidos pelo crédito supervisionado tendem a conduzir a essa tendência) sejam no sentido de uma política contínua de programas amplos que abracem, ao mesmo tempo, os problemas relacionados com a fazenda, lar, educação saúde, organização social etc. Neste caso, aumentará a responsabilidade do extensionista que, portanto, deverá estudar o problema mais demoradamente no período escolar. E é certo que haverá matéria para isso sendo que entre outros deverão ser estudados os seguintes pontos :

1. Filosofia das atividades extensionistas.
2. Objetivos e organização dos trabalhos de extensão.
3. Planejamento de programas de extensão.
4. Métodos e procedimentos utilizados em extensão.
5. A função dos líderes no trabalho de extensão.
6. A organização de clubes agrários de jovens e adultos.
7. Pesquisas em Extensão Rural.

PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Em tôdas as cadeiras deverá haver pontos sobre Pesquisa com o objetivo de incentivar seu desenvolvimento entre nós. A necessidade de investigação em todos os ramos da Economia Agrária é evidentíssima. Pela investigação descobrimos a verdade, isto é, os fatos e os princípios que os regem. Pela investigação ajudamos os agricultores a tirar proveito dos princípios anteriormente descobertos. Modernamente, não se comprehende a adoção de programas de assistência aos lavradores, ou de qualquer outra iniciativa, sem estudos anteriores. A norma deve ser pesquisar primeiro, programar depois.

Sem essa orientação fundamental, acabamos por trilhar um caminho por demais longo, e oneroso, quando, muitas vezes, com o resultado de uma pesquisa, poderíamos alcançar o objetivo colimado, sem maiores delongas e gastos.

Por esta razão os programas que visam incrementar o desenvolvimento da Administração Rural em uma determi-

nada área devem dar prioridade às chamadas pesquisas de base, cujos objetivos principais são os de acumular informações suficientes para que se possam calcular os lucros de diferentes propriedades. Esses estudos preliminares possibilitam duas coisas muito importantes:

1. Mostram os fatos referentes à real organização das propriedades. Observar e tirar conclusões de fatos excepcionais é próprio da natureza humana. E orientar a agricultura nacional com base nessas conclusões constitui prática bastante desastrosa. A pesquisa tem a virtude de mostrar o que é usual e o que não é usual.

2. Indicam porque algumas propriedades conseguem melhores resultados que outras. O conhecimento dos fatores que afetam os lucros em agricultura é de capital importância para as diretrizes de política nacional. Sem tais conhecimentos não será possível uma orientação adequada.

Ao contínuo e sempre crescente programa de experimentação e pesquisa, em todos os setores do conhecimento humano, devem os americanos do norte o seu invejável progresso. Mas no Brasil continuamos a persistir no erro de traçar diretrizes econômicas sem um conveniente estudo prévio da situação real. E' que, infelizmente, não formamos ainda uma elite de pesquisadores capazes de influir junto aos poderes constituidos, a escolas, institutos, associações, etc., mostrando-lhes a extraordinária importância dessa alavanca de progresso.

Já salientamos que experiências no campo das ciências físico — químicas e biológicas têm possibilitado a descoberta de conhecimentos de incalculável valor. Pois bem, nos países mais adiantados têm-se já como fato superado que aquelas mesmas investigações requerem suplementação pelas pesquisas econômico — sociais. O fazendeiro não vê a sua fazenda como um laboratório ou um pedaço de terra onde experimentos são conduzidos e soluções encontradas para um grande número de problemas físicos, biológicos etc.

A fazenda é um campo de atividade comercial e uma residência. Como negócio, o que mais interessa é a conta de Lucros e Perdas. Como lar, está sujeita aos imperativos da sociedade moderna. As pesquisas econômicas, em particular as que se fazem no campo da Administração Rural, são projetadas para investigar a fazenda como um negócio, enquanto que as pesquisas sociológicas se preocupam com as relações humanas.

Pesquisas econômicas, em administração de fazendas,

têm sido suficientemente desenvolvidas, em muitos países, de modo a provar que estudos dessa natureza não só ajudam os agricultores a melhorar a organização de sua empresa, como constituem, ao mesmo tempo, os alicerces sobre os quais se assentam as diretrizes da política agrícola dos respectivos países.

A inexistência de pesquisas dessa natureza, impossibilitando as informações factuais necessárias à programação consciente, conduz à multiplicidade de serviços. Esse fenômeno é fortemente constatado entre nós, sendo que sua ação, em lugar de ser benéfica, resulta prejudicial porque, em última análise, representa mais um item a onerar a produção.

Com o advento das Associações de Crédito e Assistência Rural recentemente fundadas em vários dos nossos Estados, e o Serviço Social Rural em vias de iniciar suas atividades — urge implantar programas devotados à investigação sob pena de, em breve, nada terem que estender êsses veículos da extensão.

